



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Presidente

PORTARIA TJMT/PRES N. 1361 DE 2 DE SETEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre as atribuições administrativas dos Juízes Auxiliares da Presidência, da Diretoria-Geral, da Vice-Diretoria-Geral, da Coordenadoria de Recursos Humanos e da Assessoria Sênior da Presidência, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, no biênio 2025-2026 e revoga a Portaria TJMT/PRES n. 1/2025.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o Expediente Administrativo CIA n. 0059126-27.2025.8.11.0000, autuado para a formalização da presente medida,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a delegação de atribuições administrativas dos Juízes Auxiliares da Presidência, da Diretoria-Geral, da Vice-Diretoria-Geral, da Coordenadoria de Gestão de Pessoas e da Assessoria Jurídica Sênior da Presidência, no biênio 2025-2026.

CAPÍTULO I
DOS JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

Art. 2º Fica delegado aos Juízes Auxiliares da Presidência para, em conjunto ou separadamente:

I - expedir ofícios e outras correspondências oficiais, salvo quando endereçadas às autoridades ocupantes de cargos de direção superior de órgãos dos Poderes e do Ministério Público Federal e Estadual;

II - emitir os despachos necessários para o regular processamento dos expedientes;

III - dirigir-se diretamente aos magistrados de primeiro e segundo graus para encaminhamento e resolução dos assuntos procedimentais e administrativos de que trata esta Portaria;





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Presidente

IV - Analisar, determinar e elaborar estudos sobre qualquer matéria a ser submetida à Presidência ou de interesse da Administração;

V - despachar petições e ofícios endereçados à Presidência, determinando a remessa ao setor competente para o processamento do pleito ou, em sendo o caso, determinar o seu arquivamento;

VI - interagir com as Coordenadorias e demais departamentos que integram a estrutura organizacional do Tribunal de Justiça, podendo solicitar quaisquer informações para fins de subsidiar decisão Presidencial;

VII - acompanhar os processos e procedimentos, administrativos e judiciais, que envolvam interesse da Associação Mato-Grossense de Magistrados - AMAM;

VIII - manter a interlocução com os Poderes e instituições públicas e privadas, a fim de assegurar a concretização dos projetos e medidas de interesse do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;

IX - receber solicitações dos Poderes e das instituições públicas e privadas, relativas a assuntos de interesse institucional do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, com análise e encaminhamento necessários;

X - acompanhar os projetos e ações nos quais o Poder Judiciário estadual seja partícipe, assegurando sua fiel execução em todas as fases;

XI - participar das reuniões junto aos Poderes e instituições públicas e privadas, bem como acompanhar os julgamentos no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário, que versem sobre assuntos de interesse institucional;

XII - assessorar a Presidência do Tribunal na definição e execução das estratégias do Poder Judiciário Estadual;

XIII - acompanhar, perante a Procuradoria-Geral do Estado, as ações judiciais em que figure como parte, responsável subsidiário ou solidário, o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso (mandados de segurança; ações trabalhistas; recursos às instâncias superiores, dentre outros);

XIV - assinar Carta de Preposição em nome do Ordenador de Despesas;

XV - acompanhar e prestar assessoria ao Presidente do Tribunal de Justiça, nos atos oficiais e reuniões a que devam comparecer;

XVI - executar outras atividades afins, visando ao alcance dos objetivos institucionais, determinados pela Presidência do Tribunal de Justiça.

Art. 3º Compete ao Juiz Auxiliar da Presidência AGAMENON ALCÂNTARA





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Presidente

MORENO JÚNIOR:

I - coordenar os trabalhos de Gestão de Metas do Conselho Nacional de Justiça;

II - coordenar as ações referentes ao Justiça em Números e ao Prêmio CNJ de Qualidade;

III - coordenar as ações do Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - LIODS e Núcleo Socioambiental, Lei Geral de Proteção de Dados, Centro de Inteligência e a Política de Teletrabalho no Poder Judiciário;

IV - assessorar a Presidência do Tribunal de Justiça na formulação e na execução de políticas de tecnologia do Poder Judiciário, bem como na gestão da informação tecnológica;

V - supervisionar o desenvolvimento do Processo Judicial Eletrônico - PJe, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;

VI - acompanhar a gestão das aquisições da área de tecnologia da informação do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;

VII - supervisionar as ações estratégicas relacionadas à Tecnologia da Informação e Inovação nas matérias relacionadas à Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Laboratório de Inovação, com ênfase nos seguintes procedimentos:

a) governança e a gestão negocial das soluções de tecnologia da informação e serviços digitais do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;

b) governança de Dados;

c) Justiça em Números e ao Prêmio CNJ de Qualidade;

d) macroprocessos de TIC;

e) Comitê de Inovação e Inteligência Artificial.

VIII - coordenar a supervisão das obras de infraestrutura novas, em curso, de ampliação ou reforma, do Poder Judiciário, em qualquer fase;

IX - elaborar e acompanhar os projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, bem como os projetos de emenda regimental e demais atos normativos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso;

X - assessorar a Presidência do Tribunal de Justiça nos processos de desenvolvimento organizacional, planejamento e produção de informações referentes ao acompanhamento de indicadores estratégicos e à padronização organizacional;





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Presidente

XI – coordenar as atividades de competência da Diretoria Geral, previstas no Art. 6º desta Portaria;

XII - analisar decisões e assessorar a Presidência deste tribunal nos processos que versarem sobre as matérias previstas no Art. 6º desta Portaria.

Art. 4º Compete ao Juiz Auxiliar da Presidência TÚLIO DUAILIBI ALVES SOUZA:

I - acompanhar os processos administrativos em que o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso figure como parte ou interessado no Conselho Nacional de Justiça - CNJ, e demais órgãos da estrutura judiciária nacional;

II - acompanhar e deliberar o processo seletivo de remoção de servidores em todas as suas fases;

III - coordenar a fase interna dos concursos públicos de servidores e magistrados e, iniciadas as etapas do certame, efetuar o acompanhamento de todas as fases em conjunto com a Comissão de Concurso, inclusive com relação a eventuais recursos, impugnações e ações judiciais envolvendo o processo seletivo;

IV - acompanhar a gestão das aquisições do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, com exceção do disposto no art. 3º, VI, desta Portaria;

V - gerenciar e acompanhar os procedimentos administrativos de movimentação na carreira da magistratura, incluindo designações;

VI - acompanhar os processos e procedimentos, administrativos e judiciais do Núcleo de Previdência do Poder Judiciário - Nuprev;

VII - analisar e gerenciar os pedidos de férias, licenças, afastamentos e substituições de magistrados, de modo a evitar a cumulação excessiva de designações daqueles para responderem pelas Varas onde houver a vacância temporária, para decisão do Presidente do Tribunal de Justiça;

VIII - acompanhar o processamento dos pedidos de pensão e aposentadoria referentes a magistrados até o devido registro no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

IX - analisar os pedidos de pagamento de despesas médicas, bem como de ressarcimento de passagens a magistrados, para decisão do Presidente do Tribunal de Justiça;

X - analisar os pedidos de participação em cursos de aperfeiçoamento funcional, solicitados por magistrados, para decisão do Presidente do Tribunal de Justiça;

XI - acompanhar as propostas e pedidos de instalação, alteração funcional ou de





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Presidente

competência das unidades judiciárias da Primeira Instância, bem como as proposições atinentes à matéria;

XII - analisar os pedidos de declaração de Comarca de difícil provimento, declaração de regime de exceção e os recursos contra decisão do Corregedor-Geral em matéria administrativa;

XIII - analisar e minutar decisão presidencial nos processos e consultas que versarem sobre Pedido de Concessão de Condições Especiais de Trabalho em favor de magistrados.

Art. 5º Compete ao Juiz Auxiliar da Presidência GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA:

I - gerir e supervisionar os precatórios judiciais, nos termos da Recomendação CNJ n. 39 e Resolução CNJ n. 303;

II - processar os precatórios decorrentes de condenação dos órgãos da Administração Pública, observando a ordem cronológica e determinando as medidas cabíveis para o seu cumprimento, até a fase de ordenação de pagamentos de atribuição do Presidente do Tribunal de Justiça;

III - processar as requisições de pagamentos por créditos de pequeno valor dos processos de competência do Tribunal de Justiça contra os órgãos da Administração Pública nas esferas estadual e municipal, determinando as medidas cabíveis para o seu cumprimento, até a fase de ordenação de pagamentos, de atribuição do Presidente do Tribunal de Justiça;

IV - deliberar sobre pedidos incidentais formulados pelas partes no curso do procedimento, inclusive, apreciando eventuais recursos interpostos, submetendo minuta de voto ao Presidente do Tribunal de Justiça;

V - promover a elaboração dos planos de pagamento a serem cumpridos pelos órgãos que se encontram no regime especial de pagamento de precatório;

VI - promover o controle dos repasses com abertura de procedimento de cobrança, em caso de inadimplemento;

VII - garantir a contínua capacitação dos servidores que atuam direta e/ou indiretamente na gestão dos serviços de precatórios e requisições de pequeno valor;

VIII - participar do Comitê Gestor das Contas Especiais de Precatórios, promovendo o controle de repasse dos valores referentes ao Tribunal Regional do Trabalho e Justiça Federal;

IX - acompanhar os processos de prestação de contas e demais procedimentos em trâmite no Tribunal de Contas de Mato Grosso - TCE-MT;





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Presidente

X – acompanhar as ações da Coordenadoria de Auditoria Interna, bem como os processos de prestação de contas e demais procedimentos em trâmite no Tribunal de Contas do Estado - TCE.

CAPÍTULO II
DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Seção I
Da Diretoria-Geral

Art. 6º Compete à Diretoria-Geral:

I - acompanhar os procedimentos perante as áreas do Tribunal de Justiça, decorrentes de decisões originárias do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, após deliberações da Presidência;

II - acompanhar a execução do Planejamento Institucional do Poder Judiciário- Plano de Diretrizes e Metas (biênio 2025-2026) perante as áreas do Tribunal de Justiça, assim como o encaminhamento e evolução dos projetos neles previstos;

III - deliberar e gerir os pedidos de diárias formulados pelos servidores do Poder Judiciário, inclusive quanto aos deslocamentos terrestres e aéreos;

IV - analisar, previamente, os pedidos de ressarcimento de despesas de viagens, e minutar decisão presidencial;

V - minutar atos normativos da Presidência, quando demandados;

VI - analisar, previamente, os pedidos de concessão de adiantamento extraordinário-CAD, com a realização de diligências, se for o caso, e minutar decisão presidencial;

VII - analisar, autorizar e assinar os Termos de Apostilamentos relativos aos Fiscais de Contrato;

VIII - analisar os pedidos de empenho em Atas de Registro de Preço, a partir da segunda solicitação, e minutar decisão presidencial;

IX - gerir e deliberar quanto às capacitações de competência da Escola dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;

X - manifestar, como membro do Conselho Consultivo, nos projetos e cursos da Escola de Servidores;

XI - coordenar e fiscalizar as Coordenadorias do Tribunal de Justiça, podendo





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Presidente

definir diretrizes e estabelecer orientações para o desempenho das atividades de cada área;

XII - analisar os pedidos de eventos e organizar o calendário institucional;

XIII - receber e deliberar, por delegação do Presidente do Tribunal de Justiça, os pedidos de reformas em geral da Secretaria do Tribunal de Justiça, bem como a utilização dos espaços físicos.

§1º As minutas das decisões presidenciais que versarem sobre os temas previstos neste artigo deverão ser apreciadas pelo Juiz-Auxiliar da Presidência competente.

Seção II
Da Vice-Diretoria-Geral

Art. 7º Compete à Vice-Diretoria-Geral, analisar os processos administrativos formulados por servidores, relativos aos seguintes assuntos:

I - afastamento para exercício de mandato eletivo;

II - afastamento superior a 30 (trinta) dias;

III - licença para desempenho de mandato classista;

IV - pedido de reenquadramento funcional;

V - pedido de progressão funcional;

VI - horário especial de estudante;

VII - controle de encargos previdenciários;

VIII - pedido de pagamento de designação;

IX - pedido de pagamento de diferença de vencimento;

X - pedido de pagamento de verbas trabalhistas ordinárias, tais como férias, gratificações, adicionais de insalubridade, periculosidade, etc.;

XI - pedido de pagamento de indenização;

XII - pedido de pagamento de juros moratórios decorrentes de atrasos salariais;

XIII - pedido de pagamento de verbas rescisórias;

XIV - pedido de restituição de descontos indevidos;





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Presidente

XV - pedido de compensação de crédito e débito;

XVI - pedido de equiparação salarial;

XVII - pedido de pagamento de horas extras;

XVIII - credenciamento e descredenciamento de Médico, Assistente Social, Psicólogo, Enfermeiro, Profissional de Educação Física, Fisioterapeuta, Biblioteconomista e Auxiliar em Saúde Bucal, Conciliador, Juiz Leigo, Contador e Mediador;

XIX - pedido de expedição de atos e portarias referentes à nomeação, designação, exoneração e revogação;

XX - tramitação de concurso público;

XXI - movimentação interna;

XXII - pedido de abertura de processo seletivo;

XXIII - pedido de conversão e pagamento de 1/3 de férias em abono pecuniário;

XXIV - pedido de conversão em espécie de licença-prêmio;

XXV - pedido de declaração de vacância para posse em outro cargo inacumulável;

XXVI - pedido de nomeação de Juiz de Paz;

XXVII - pedido de exoneração de Juiz de Paz;

XXVIII - pedido de readaptação de função;

XXIX - pedido de recondução ao trabalho;

XXX - pedido de abono de permanência;

XXXI - pedido de lotação de servidor da Segunda Instância;

XXXII - estabilidade gestacional;

XXXIII - pedido de pagamento de adicional por tempo de serviço;

XXXIV - pedido de pagamento de compensatórias e banco de horas;

XXXV - pedido de pagamento de substituição;





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Presidente

XXXVI - pedido de pagamento de URV;

XXXVII - licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro, com remuneração;

XXXVIII - licença para qualificação profissional;

XXXIX - processo seletivo de remoção, observado o disposto no art. 4º, III, desta Portaria;

XL - pedido de cessão de servidor, previsto no inciso I do § 4º do art. 59-A da Lei n. 8.814/2008;

XLI - cessões e requisições de servidores da 1ª instância (art. 59-A, § 4º, II, da Lei n. 8.814/2008);

XLII - estabilidade;

XLIII - aposentadorias;

XLIV – pedidos individuais de remoção;

XLV - percepção de vantagens;

XLVI - averbação de tempo de serviço;

XLVII - pedido de pagamento de pensão de servidores;

XLVIII - analisar e minutar decisão presidencial nos processos e consultas que versarem sobre direitos funcionais dos servidores, bem como nos seguintes processos:

a) Pedido de Isenção do Imposto de Renda;

b) Pedido de Concessão de Condições Especiais de Trabalho;

c) Pedido de Pagamento Extemporâneo de Credenciados;

d) Pedido de Aumento de Vagas de Credenciamento e Estágio;

e) Autorização de Abertura e Homologação de Processo Seletivo de Credenciamento;

f) Pedidos de Interesse das Entidades Sindicais e de Classes de Servidores;

g) Anotação de Elogio na Ficha Funcional de Servidor.

XLIX - acompanhar a implementação e o funcionamento do sistema que trata





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Presidente

da Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário;

L - gerir as ações estratégicas relacionadas à Tecnologia da Informação e Inovação em apoio ao Juiz Auxiliar da Presidência responsável pelas matérias relacionadas à Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Laboratório de Inovação, com ênfase nos seguintes procedimentos:

a) governança e a gestão negocial das soluções de tecnologia da informação e serviços digitais do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;

b) governança de Dados;

c) Justiça em Números e ao Prêmio CNJ de Qualidade;

d) macroprocessos de TIC;

e) Comitê de Inovação e Inteligência Artificial;

LI - coordenar, em conjunto com a Coordenadoria de Tecnologia da Informação, a realização de estudos de viabilidade técnica nas soluções tecnológicas ou de transformação do serviço digital;

§1º Os procedimentos que versarem sobre credenciamento e descredenciamento de Conciliador e Juiz Leigo tramitarão no Departamento de Apoio aos Juizados Especiais (DAJE) da Corregedoria-Geral da Justiça, com suporte do Departamento de Gestão de Pessoas e Vice-Diretoria-Geral.

§2º Os procedimentos administrativos previstos neste artigo deverão ser registrados, autuados e instruídos pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas, e remetidos à Vice-Diretoria-Geral para elaboração e submissão de minuta de decisão à validação presidencial.

Seção III
Da Coordenadoria de Gestão de Pessoas

Art. 8º Compete à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, processar e decidir os procedimentos formulados por servidores, relativos aos seguintes assuntos:

I - pedido de concessão de licença-prêmio;

II - licença para tratar de interesse particular;

III - licença por motivo de doença em pessoa da família;

IV - licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro por prazo indeterminado e sem remuneração;

V - licença para serviço militar;





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Presidente

- VI - licença para atividade política;
- VII - férias;
- VIII - afastamento até 30 (trinta) dias;
- IX - auxílio-alimentação;
- X - auxílio-saúde;
- XI - auxílio-graduação;
- XII - auxílio-creche;
- XIII - pedido de inclusão de dependentes;
- XIV - registro de ponto;
- XV - pedido de autorização de margem extra para financiamentos bancários com descontos consignados em folha.

CAPÍTULO III
DA ASSESSORIA JURÍDICA SÊNIOR DA PRESIDÊNCIA

Art. 9º Tramitação na Assessoria Jurídica Sênior da Presidência:

- I - análise do juízo de conveniência e oportunidade dos processos nas aquisições e contratações;
- II - processos licitatórios, até a fase de homologação e adjudicação do certame;
- III - análise e minuta de decisão presidencial nos pedidos de primeiro empenho em Atas de Registro de Preços - ARP;
- IV - realinhamento de preços em decorrência do direito ao reajuste, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro, aditivos de prazo e de valor, aplicação de penalidades administrativas, rescisão e demais atos inerentes ao acompanhamento da execução contratual;
- V - pedidos de adesão às Atas de Registro de Preços (ARPs), advindos de outros órgãos;
- VI - formalização de convênios, acordos/termos de cooperação e/ou outros instrumentos congêneres com entes da Administração Pública, organizações sociais ou outras pessoas jurídicas de direito privado;
- VII - análise de processos administrativos disciplinares em desfavor dos tabeliães (titulares ou interinos), no âmbito do Conselho da Magistratura;
- VIII - pedidos de cursos e/ou consultorias formalizados pela Esmagis e Escola dos Servidores, após análise do juízo de conveniência e oportunidade pela Diretoria-Geral;
- IX - pedidos de doação de bens inservíveis;
- X - análise e minuta de decisão de processos administrativos, sindicância ou





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Presidente

processo administrativo disciplinar de servidores, de competência decisória do Conselho da Magistratura;

XI - impulso nas cartas precatórias e cartas de ordem destinadas ao Segundo Grau de Jurisdição, assim como a tradução das cartas rogatórias quando expedidas em processos com gratuidade da justiça;

XII - elaboração das informações em mandados de segurança, ressalvadas as competências dos juízes auxiliares;

XIII - elaboração de informações para a Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso, ressalvadas as competências dos juízes auxiliares;

XIV - resgate de valores de contas contingenciadas para pagamento de verbas trabalhistas nos contratos de terceirização de mão de obra (Resolução CNJ n. 169);

XV - processos de cessão de uso de espaço físico do Tribunal de Justiça e demais unidades judiciais;

XVI - gestão dos ativos de informática junto à Coordenadoria de Tecnologia da Informação - CTI;

XVII - representações por excesso de prazo contra desembargadores;

XVIII - execução de acórdãos do Tribunal de Justiça contra a Fazenda Pública, nos casos de sua competência originária;

XIX - suspensão de liminares e sentenças proferidas contra o Poder Público, ou seus agentes;

XXI - recursos interpostos nos processos previstos neste artigo;

XXII - análise do prosseguimento dos pedidos de súmulas ou orientações administrativas formuladas pela Assessoria Técnico-Jurídica de Licitação - ATJL.

XXIII - análise e minuta de decisão nas consultas sobre casos de Nepotismo.

Parágrafo único. A Assessoria Jurídica Sênior da Presidência poderá solicitar quaisquer informações das áreas administrativas do Tribunal de Justiça, para fins de subsidiar a elaboração de informações ou defesa nos processos em tramitação no Tribunal de Contas de Mato Grosso - TCE-MT.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Os procedimentos que resultarem em eventual reconhecimento de créditos pecuniários deverão ser submetidos às Coordenadorias de Planejamento e Financeira, para elaboração conjunta de estudo orçamentário e financeiro.

Art. 11. O(a) Diretor(a)-Geral e o(a) Vice-Diretor(a)-Geral do Tribunal de Justiça substituir-se-ão, respectivamente, em suas ausências.





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Presidente

Art. 12. Fica revogada a Portaria TJMT/PRES n. 1 de 1º de janeiro de 2025.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA





Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi assinado eletronicamente, na plataforma de assinaturas do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Para assegurar a autenticidade e validar as assinaturas, utilize o endereço abaixo.

<https://validador.tjmt.jus.br/codigo/AD:00EF0000-0AA6-0A58-2BCC-08DDEA7A54C0>

Código verificador - AD:00EF0000-0AA6-0A58-2BCC-08DDEA7A54C0



Documento assinado por meio eletrônico, conforme MP 2200-2 de 24/08/2001.